

DO PORÃO AO PEDESTAL: PROCESSOS DE COLONIZAÇÃO SIMBÓLICA¹

Marina Fernandez da Cunha²

Resumo

Da falácia interpretativa proposta pelos evolucionistas culturais aos discursos pós-coloniais despolitizados, o processo de subalternização dos povos indígenas segue um tempo linear pautado na dominação, dentre tantas, simbólica. Assim, com as pautas governamentais centradas no desenvolvimentismo *macro*, a inclusão dos “defensores da mata” torna-se interessante como ornamento neutralizador aos olhos do Estado. Com isso, é possível analisar por meio deste artigo, a suposta mudança do pensamento ocidental sobre o lugar possível do *outro* e os impactos da moda do discurso decolonial e a importância de uma prática efetiva.

Palavras-chave: Anticolonial. Cosmovisão. Etnologia. Símbolos. Poder.

Abstract

The interpretive fallacy proposed by cultural evolutionists to depoliticized postcolonial discourses, or the process of subalternization of indigenous peoples, follows a linear rhythm based, among many others, on symbolic domination. In the same way, with government guidelines aimed at macrodevelopment, including two “forest defenders” becomes interesting as a neutralizing ornament in the eyes of the State. With this, it is possible to analyze, through this article, the supposed change of Western thought about the possible place of the other and the impacts of the decolonial discourse and the importance of an effective practice.

Keywords: Anticolonial. Cosmvision. Ethnology. Symbols. Power.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

² Graduanda em Ciências Sociais pela UFBA. Bolsista CNPq/PINEB.

Ao longo dos séculos, tornou-se comum olhar para os povos originários com uma lupa determinista e ocidental, sem levar em consideração a existência de regimes múltiplos de verdade, do que resultou uma hegemonia supressiva sobre as culturas das comunidades subalternizadas, não permitindo a coexistência e concomitância da cosmovisão espiralar pautada na ancestralidade. Com a influência predominante da teoria do evolucionismo cultural que emergiu no final do século XIX, e que parte do princípio de que as discrepâncias entre as sociedades se devem a diferentes estágios de desenvolvimento, evidencia-se uma falácia interpretativa que não se limitou apenas àquela época, mas fundou o imaginário moderno, o Estado democrático de direito, e a base da antropologia, principalmente, na academia.

Assim, Lewis Morgan, Edward Tylor e James Frazer postularam que a evolução da cultura se dava nos mesmos termos que a evolução biológica de Darwin, porém, na realidade, elas se dão de maneiras totalmente opostas, apesar de conversarem entre si através da ligação natureza-cultura. Com isso, o pensamento racista ganhou uma força teórica [falsa], que seguiu como fundante do pensamento ocidental presente nas Universidades, na formação do Estado e até em sociedades não ocidentais ou ocidentalizadas. Atualmente, a atribuição do termo “originário” para determinada população, de um lado, pode remeter, equivocadamente, a um atraso temporal, a uma etapa de selvageria e, ou, organização arcaica. Por outro, os chamados povos originários são vistos como algo mítico, de natureza heróica, exótica ou divina. Porém, ambos os modos de interpretação escancaram uma mudança extremamente lenta de pensamento, em sua maioria presente apenas no discurso, e passível de recair, aqui e ali, na desumanização dos povos indígenas.

Para além de opiniões individuais, a máquina estatal assume o papel principal na manutenção do *status quo*, que perpassa desde os governos direitistas até os mais à esquerda, fundamentados no clientelismo e em pautas essencialistas e desenvolvimentistas. Como exemplo, no Brasil, tanto o governo de Bolsonaro como o de Lula, envolvidos pelo presidencialismo de coalizão, visaram as grandes obras do agronegócio e as tentações suscitadas pelo investimento do capital estrangeiro, mantendo o *macro* em primeiro plano, e assim, em maior ou menor intensidade, renovando as práticas efetivas de subalternização e colonização simbólica.

O ALTAR DO DISCURSO DECOLONIAL

O pós-modernismo culturalista das elites, mantido pelo Estado, tem corroborado para a disseminação de uma tendência recente: o discurso decolonial, definido pela socióloga ativista de ascendência Aimará, Silvia Rivera Cusicanqui, como um estado ou situação que usufrui, e reinterpreta, os processos de luta, mas os despolitiza. Sem a presença da prática contra os processos colonizadores da atualidade, os discursos supostamente progressistas utilizam a imagem dos povos originários como ornamento simbólico para a manutenção do poder estatal e o *status quo*, ao neutralizar o potencial da luta descolonizadora dos sujeitos ou, então, a nível interpessoal, para preencher o *ego* multiculturalista da perspectiva ocidentalizada. Assim, o poder estatal determina quem são os indivíduos passíveis de assimilação, que serão introjetados nos discursos populistas, e os que não querem/não são alvo da assimilação, que serão, incessante e explicitamente, tentativamente excluídos de qualquer benefício previsto pela sociedade neoliberal. E com isso, esse tipo de colonialismo mostra-se, também, bastante perverso, pois, a partir de uma ilusão constitucional, como a declaração de igualdade de todos perante a lei, cria ficções em prol da dominação dos subalternos, visando a qualquer oportunidade de lucro e expansão do clientelismo no meio político, por exemplo. Com essa “inclusão condicionada”, torna explícito o caráter arcaico e conservador das elites:

A recolonização permitiu reproduzir modos de dominação senhorial e rentista, baseados em privilégios atributivos concedidos pelo centro do poder colonial. Hoje, a retórica da igualdade e da cidadania torna-se uma caricatura que encobre privilégios políticos e culturais tácitos, noções de senso comum que tornam a incongruência tolerável e permitem a reprodução de estruturas coloniais de opressão. (CUSICANQUI, Silvia. 2010: 56, 57; tradução nossa).

Nesse processo violento, disfarçado de progresso humanitário, há um valor moral atribuído à teatralização do “ser originário”, em que muitas vezes é necessária a caricaturização do tipo ideal imposto pela mentalidade hegemônica colonial para que os povos tenham seus direitos minimamente assegurados. Como exemplo, compartilho uma fala do cacique Babau Tupinambá no acampamento Terra Livre da Bahia, em junho de 2023, em que, vestido com o manto sagrado do seu povo, explicou que utilizava a vestimenta por estar em um ambiente propício, em que era importante a

representação e a efetiva proteção garantida pela roupa naquele momento de luta política. Porém, alertou aos jovens, que não caíssem na armadilha da “folclorização” dos indígenas, em que, para ser respeitado, fosse necessário ceder à imagem estigmatizada pelo ideal do “homem branco”. Assim, como está presente na obra “A Sociedade contra o Estado”, de Pierre Clastres, ou na obra “A Representação do Eu na Vida Cotidiana”, de Ervin Goffman, seja nas sociedades com ou sem Estado, a representação de um papel faz-se necessária. Porém, de um lado, está baseada num complexo sistema que inclui a legitimidade voluntária atribuída a uma liderança, o respeito a uma linhagem, à luta política e saberes, e de outro, está pautada na socialização do estigmatizado, em que não basta ser [indígena, negro, homem, mulher], é preciso parecer ser aos olhos de quem está na posição de poder, mesmo que simbólico.

De outro modo, tornou-se comum no Brasil que líderes políticos escolham indivíduos subalternizados para preencher cargos na máquina estatal. Porém, isso é feito seguindo uma lógica insuficiente de representatividade, em que o símbolo daquela pessoa em um espaço de poder supre a carência imagética da população mais progressista. Com isso, muitas vezes não são levados em consideração os atributos técnicos necessários para um melhor exercício da profissão, e assim diversas pessoas subalternizadas (negros, pessoas com deficiência, pessoas gênero-dissidentes, ciganos, etc.) que são capacitadas para o cargo – mas sobre as quais não incidem os holofotes - são, novamente, negligenciadas. Assim, cotidianamente, inúmeros indivíduos responsáveis pela disseminação do discurso decolonial agem de modo a recolonizar simbolicamente – ou não -- os espaços e saberes.

O IMPÉRIO DE DENTRO

Para além dos limites territoriais, o pensamento ocidentalizado ultrapassa fronteiras e produz dinâmicas análogas em diversos países, tanto na esfera pública quanto privada. Essa caricatura colonial fica majoritariamente explícita nas classes políticas e burocracias estatais espalhadas pelo mundo globalizado. Como também, aborda Cusicanqui, esse caráter torna-se evidente na intelectualidade acadêmica que adota posturas pós-coloniais e pós-modernas, construindo “estruturas piramidais sem base” de poder e capital simbólico, que formam redes clientelistas entre as universidades da América Latina e os intelectuais indígenas e afrodescendentes, por exemplo. Diversas

universidades dos Estados Unidos contam com “estudos pós-coloniais” em seus currículos, mas de modo culturalista e academicista, desconsiderando uma prática anticolonial; ou, como no Brasil, uma prática contracolonial exercida, principalmente, pelas atuações de Nego Bispo e Jota Mombaça. Esta última, escritora e artista visual brasileira, aponta, em seu livro “Não vão nos matar agora”, que o Brasil, em sua autodescrição como promessa utópica de um mundo pós-racial, configura-se, na realidade, como uma distopia antinegra e anti-indígena, em que as figurações de uma realidade carnalizada expressam não a ruptura com todas as normas, mas o seu excesso. Sendo assim, de modo análogo à construção dos discursos decoloniais vazios nas universidades, o Brasil expressa uma ficção recolonial, submissa ao imperialismo e imperialista, dominada e dominante, que nunca serviu efetivamente ao propósito das lutas contínuas por liberação dos territórios e dos corpos subjugados em sua construção.

Como um império dentro de outro império, a academia se configura de modo bastante semelhante às relações clientelistas estatais, em que os favores prestados são, muitas vezes, convertidos em citações em artigos científicos, indicações privilegiadas e na manutenção do sistema hierárquico de poder, o que fica bem definido pelo trabalho de Pablo González Casanovas sobre “o colonialismo interno”. Assim, os estudantes acabam por se contentar com produções – quase narcisistas - do pensamento descolonizador reproduzidas e repetidas massivamente por diversas figuras intelectuais, que, em sua grande maioria, partem de uma visão essencialista e linear da história.

Isso posto, suponho possível afirmar que a exposição de filosofias, movimentos ou produções tidas como decoloniais, não condiz necessariamente com a prática, principalmente se a circunstância envolve a manutenção do poder. No artigo “Acerca de los problemas de las llamadas izquierdas”, a escritora boliviana Silvia R. Cusicanqui diz:

O artigo (...) procurou criticar a forma como as elites da esquerda marxista na Bolívia, devido à sua visão iluminista e positivista, ignoraram a arena da identidade indígena e os problemas da descolonização, aplicando uma análise reducionista e estereotipada que lhes permitia reproduzir confortavelmente a dominação cultural que exerciam devido à sua origem de classe e ao domínio da língua legítima e do pensamento ocidental. Era óbvio que, para tanto, usavam discursos dissimulados, e se autoproclamavam porta-vozes e

intérpretes das demandas dos povos indígenas. (CUSICANQUI, Silvia. 2010: 66; tradução nossa)

Sendo assim, ideias e correntes de pensamento se disseminam, muitas vezes, em detrimento de outros. E certos temas considerados abjetos³, por sua vez, carregam o antídoto para as pautas superficiais, que focalizam, predominantemente, em discursos cômodos e despolitizados, fundados na “aparência”, desejos pessoais e elocubrações que não saem do papel.

O CAMINHO ESPIRALAR DA PRÁTICA ANTICOLONIAL

A proposta de uma agência anticolonial é urgente, sobretudo, se levarmos em conta os meios de predominância estatal, em que a macropolítica busca sempre um interlocutor no Estado, seja com ou contra ele. Já a micropolítica pode ser vista como espaço efetivo de resistência e luta, pois está desvinculada dessa hegemonia política e trabalha sobre coletivos pequenos e ações corporais que permitem o acesso à liberdade (CUSICANQUI, Silvia. 2019). Com isso, a construção do pensamento se dá no cotidiano, não nas diversas especulações sobre um futuro incerto, sem a prática do dia-a-dia. A ideia de que a dimensão *macro* é mais significativa que a *micro*, é baseada, novamente, numa leitura linear e ocidentalizada, contraposta pela cosmovisão espiralar que foge da monológica dos “detentores” do conhecimento:

A pretensão de grandeza do cânone [ocidental], na busca por ser o único modelo de saber possível, provocou o desmantelamento cognitivo, o desarranjo das memórias, o trauma físico, simbólico e a perda da potência de milhares de mulheres e homens que tiveram como única opção o enquadramento da norma. Porém, em meio a essas travessias sempre existiram encruzilhadas para serem praticadas. (SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. 2018: 21).

³ O conceito de corpos abjetos é tomado de empréstimos de Judith Butler, cujo interesse principal, para certos autores, é desenvolver uma crítica da “norma que categoriza algumas vidas e corpos como válidos, enquanto outros pertencem a uma zona de ininteligibilidade, abjetos, cujas vidas não contam” (PRINS; MEIJER, 2002, p. 156).

Diante disso, é notória a presença da cosmovisão não-ocidental que faz emergir o pensamento politizado e, verdadeiramente, propõe uma descolonização. Ao invés de nos guiarmos pelo excesso do poderio estatal, o que é visto como “pequeno” carrega em si a totalidade, sem precisar aproximar-se de outros parâmetros em grandeza, em contraposição ao modo que se apresenta como o paradigma ganancioso da mentalidade linear, com seus precedentes e ramificações.

(...) nossos olhos estão condicionados a miradas grandes, subestimando a força que habita no miúdo. No caroço de dendê mora a sabedoria infinita, na folha do peregum mora a orientação que guia os seres na travessia do renascimento (...). Assim, o cotidiano, mais que um campo inventivo, múltiplo e inacabado, se inscreve também como inventário de diferentes saberes e rotas. (SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. 2019: 14).

Assim, ao não nos limitarmos ao reino ilusório da discussão entre modernidade e decolonialidade, é possível olharmos com mais atenção as dinâmicas internas dos subalternos, como os processos de resistência em meio à grande máquina estatal juntamente com as massas mobilizadoras. Dentre essas dinâmicas micropolíticas, é possível encontrar diversas práticas de ajuda mútua, como a economia circular a partir de feiras organizadas, escolas nômades e etc, bem como a importância de espaços que cultivam a tradição, como as rodas de capoeira, e os movimentos constantemente inventivos, como a cultura ballroom. Esta última, cena underground afro-americana e latina que se originou na cidade de Nova York, surge como uma alternativa ao combate à lgbtfobia e ao racismo, que se expandiu no Brasil, e atualmente integra uma frente de luta contra-colonial em ambientes de concursos, entretenimento e acolhimento. Desse modo, é preciso que haja um afastamento das superestruturas e dos mecanismos materiais que operam por trás dos discursos, para que, assim, seja viável a existência de vivências íntegras que repetem a si mesmas, num fluxo espiralar contraposto à linha historicista do conhecimento que contribui para a perpetuação de ideias deterministas e reducionistas em diversas sociedades. Assim, diante da análise supracitada, a luta anticolonial se faz na prática, -- longe dos processos de colonização simbólica --, deslegitimando todas as formas de objetificação, mitificação e do uso ornamental dos subalternizados como faz o Estado.

Referências:

- BUTLER, Judith. How bodies become matter In: PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. *Feminist Studies*. Florianópolis, v. 10, n. 1, jan. 2002.
- CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*, São Paulo: Cosac Naify, 2013 [1974]. “Troca e poder: filosofia da chefia indígena”, pp. 45-66.
- CUSICANQUI, Silvia. *Ch'ixinakax utxiwa: una refexión sobre prácticas y discursos descolonizadores - 1a ed. - Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.*
- CUSICANQUI, Silvia. *Lucha por tus propios médios. Entrevista concedida a Kattalin Barber. 2019.*
- GOFFMAN, E. “Introdução”, “Representações” (cap. I) e “Conclusão” (Cap. VII) in *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Vozes, Petrópolis, 1985.
- MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. *Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.
- SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. *Flecha no tempo*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.